

2º ENCONTRO NACIONAL DOS FUNDOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O papel dos Fundos de Assistência Social na Gestão dos Territórios

Profª Drª Jucimeri Isolda Silveira

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Território não é um conceito apenas espacial/geográfico. Ele é um **espaço humano**, uma localidade marcada pelas pessoas que nele vivem e se relacionam;

Nos espaços coletivos se expressam a solidariedade, o **sentimento de pertencimento e identidade** e a extensão das relações para além dos laços familiares;

O território abarca assim as relações de reconhecimento, identidade e afetividade entre os indivíduos que o habitam.

É o espaço do cotidiano, das expressões de uma universalidade, de determinantes relacionados às opressões e desigualdades, assim como respostas do Estado e sociais;

É um espaço de **conflitos, contradições, desigualdades**, mas também de **inovações e potencialidades**.

Os territórios brasileiros expressam desigualdades e processos de vulnerabilidade social que engendram violações diversas. Processo aprofundado pela frágil resposta estatal na estruturação de políticas públicas com potência democrática, especialmente diante da grave redução de recursos e fragilização do pacto federativo entre os anos de 2016 e 2022.

Alguns pressupostos para atuação em territórios:

- reconhecer dinâmicas sociais, memórias e identidades; analisar a realidade das famílias, de grupos específicos, modos de organização e subjetividades objetivadas;
- identificar e analisar expressões de desigualdades, vulnerabilidades e violações;
- analisar o nível de proteção pública e da sociedade, redes;
- reconhecer a percepção e ações dos agentes, dos sujeitos de direitos;
- identificar possibilidades de afiliações a projetos coletivos, interações sociais e culturais;
- potencializar espaços de socialização e capacidades, com fortalecimento de vínculos e laços sociais, no enfrentamento à crise de afinidades e liquefação dos vínculos sociais e efetivos;
- Viabilizar acesso aos direitos conforme as necessidades sociais e potencialidades;
- adotar estratégias de mobilização e organização;
- analisar e incidir nas respostas institucionais, no ciclo das políticas públicas;
- inovar no trabalho social e nas atividades institucionais;
- adotar novas formas de solução de conflitos e participação;
- reconhecer o cotidiano como base de intervenção transformadora e descolonizadora; entre outros (Silveira, 2014; 2024).

A compreensão da dimensão da **territorialidade** traz elementos fundamentais para que a **proteção social** integre a diversidade e as especificidades socioculturais na formulação de programas, serviços e benefícios socioassistenciais (Koga, 2016);

A **gestão territorial** se refere ao conjunto de procedimentos de **coordenação, gestão, planejamento e articulação entre serviços, assim como seu acompanhamento, monitoramento e avaliação;**

A gestão do território demanda **dados e informações** fidedignas e atualizadas sobre um território que sirvam de subsídio para a **alocação e otimização do uso dos recursos, construção de escalas de priorização, dimensionamento e monitoramento da cobertura das ofertas;**

Os dados do Cadastro Único mostram a diversidade dos territórios e populações do Brasil a partir da comparação de dados em nível de macrorregião do país;

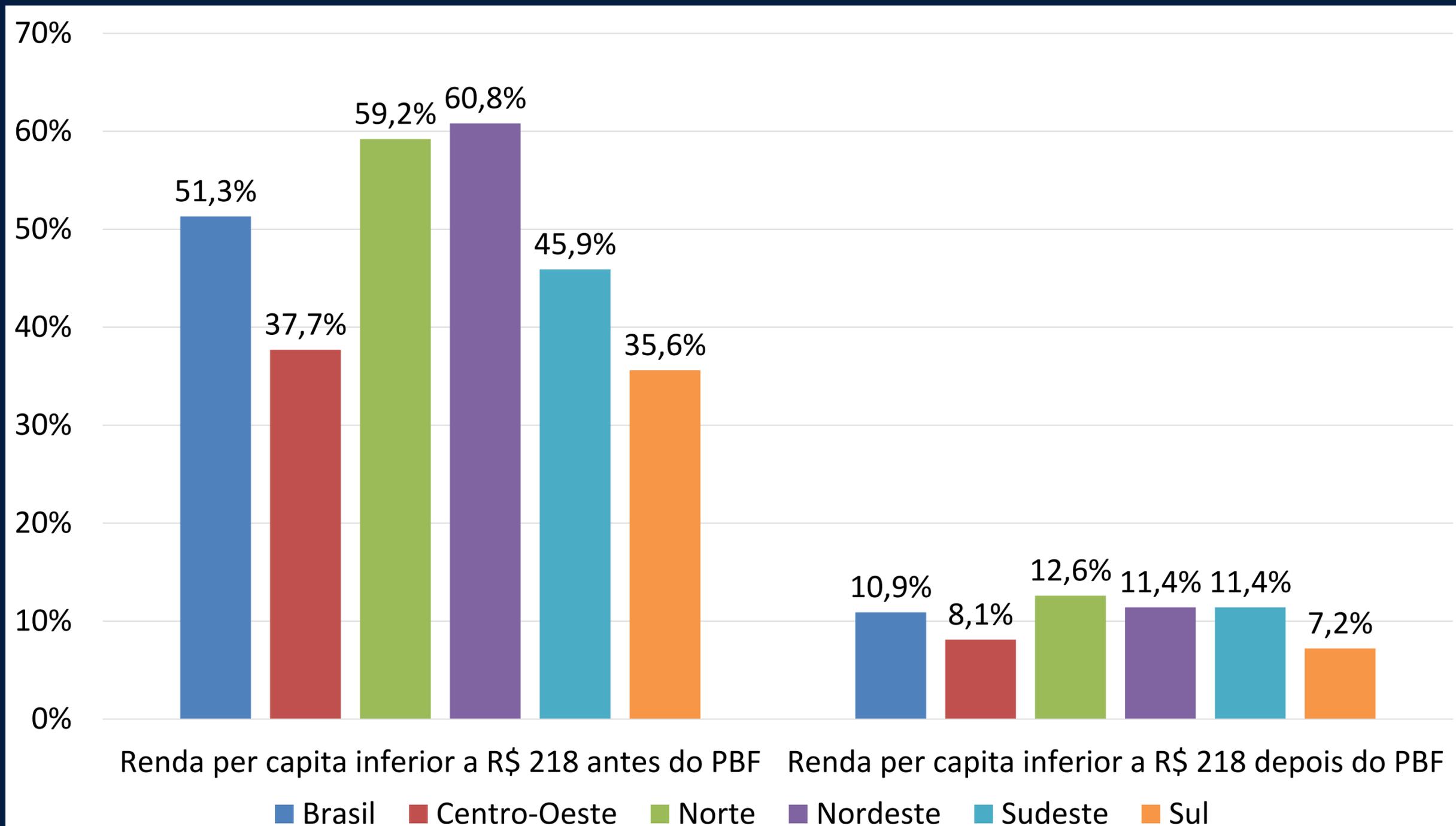
Esses dados, assim como a análise de outras dimensões do território e dos inscritos, podem ser replicados para diferentes níveis geográficos de análise – país, regiões, unidades federativas, municípios e territórios de CRAS.



Observatório do Cadastro Único do MDS

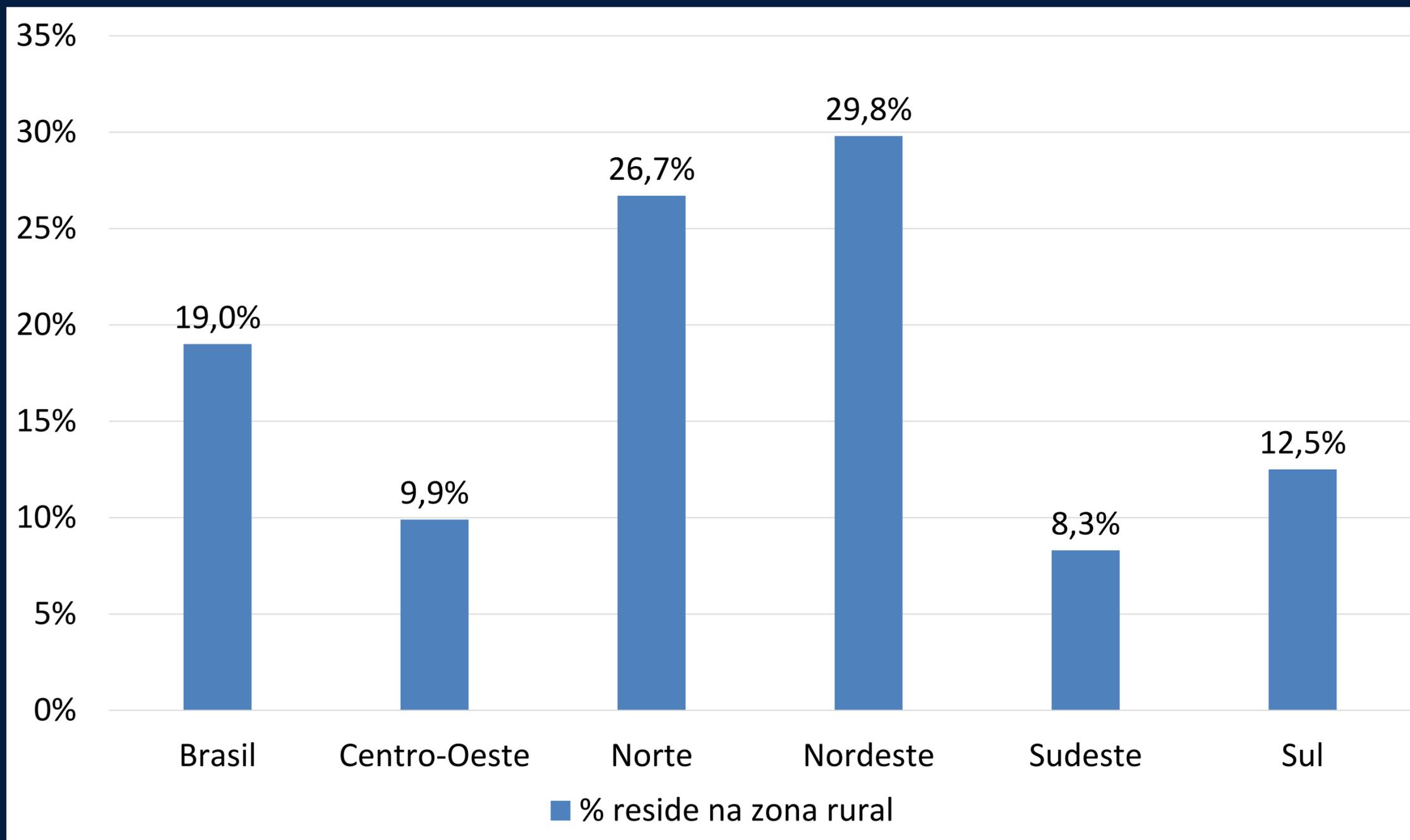
https://novoead.cidadania.gov.br/webview.php/srv/www/htdocs/badiunetdata/files/1/17263jbeyb2vlea0ifyd_packge/index.html

Taxa de pobreza das famílias inseridas antes e depois do PBF



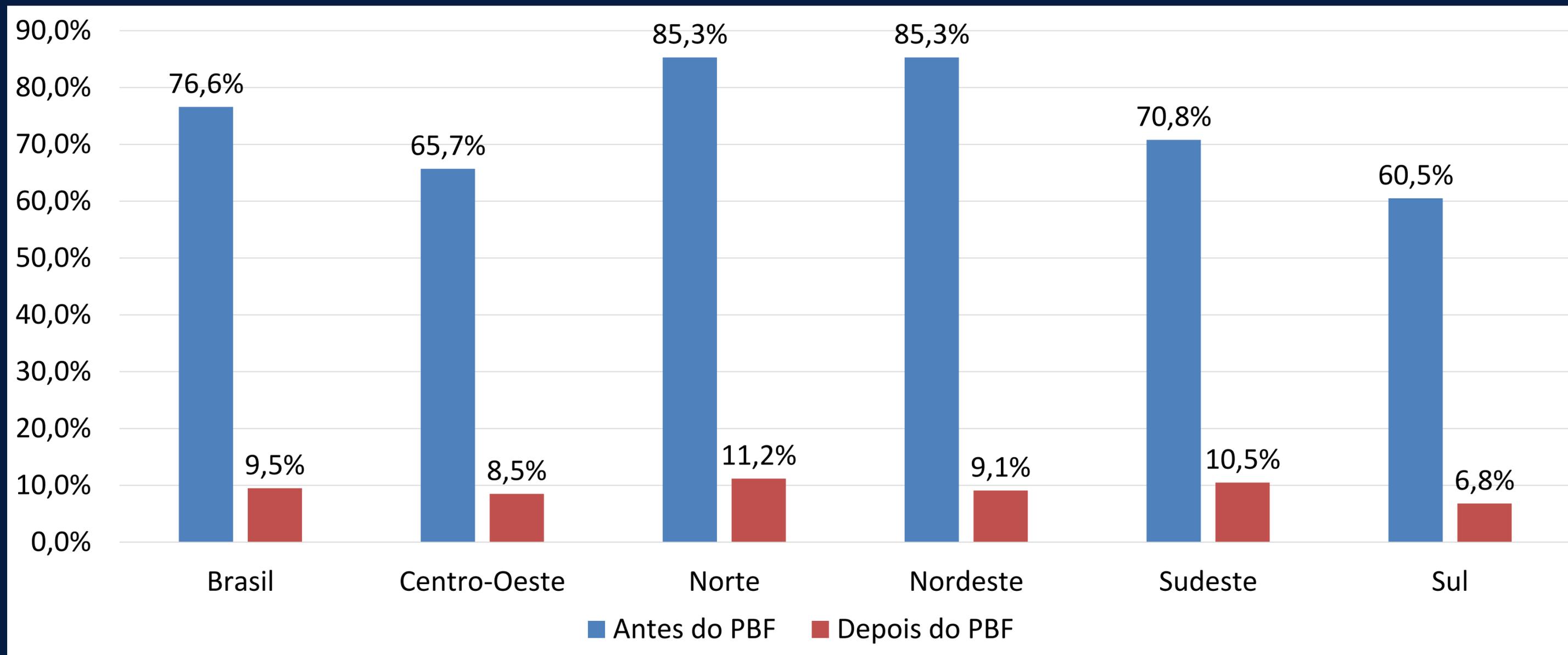
FONTE: Observatório do Cadastro Único (2024).

% das famílias inseridas residem na zona rural



FONTE: Observatório do Cadastro Único (2024).

Efeito do PBF na situação de pobreza das famílias



FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

Grupo	Famílias inscritas	% do total de famílias inscritas
Agricultores familiares	2.658.172	6,4%
Pescadores artesanais	432.183	1%
Coletores de materiais recicláveis	430.957	1%
Assentados de reforma agrária	204.604	0,5%
Ribeirinho	194.112	0,5%
Extrativista	63.971	0,2%
Acampado	53.502	0,1%
Preso do sistema carcerário	38.056	0,1%
Cigano	17.907	0,04%
Atingido por empreendimento de infraestrutura	16.037	0,04%
Pertencentes a comunidades de terreiro	11.450	0,03%
Beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário	4.771	0,01%

FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Famílias indígenas e quilombolas inscritas

Região	Famílias indígenas inscritas	% das famílias inscritas	Famílias quilombolas inscritas	% das famílias inscritas
Brasil	270.138	0,6%	329.683	0,8%
Centro-Oeste	41.146	1,3%	15.872	0,5%
Norte	123.430	2,7%	38.707	0,9%
Nordeste	75.917	0,5%	230.840	1,5%
Sudeste	9.780	0,07%	34.915	0,2%
Sul	19.856	0,5%	10.184	0,3%

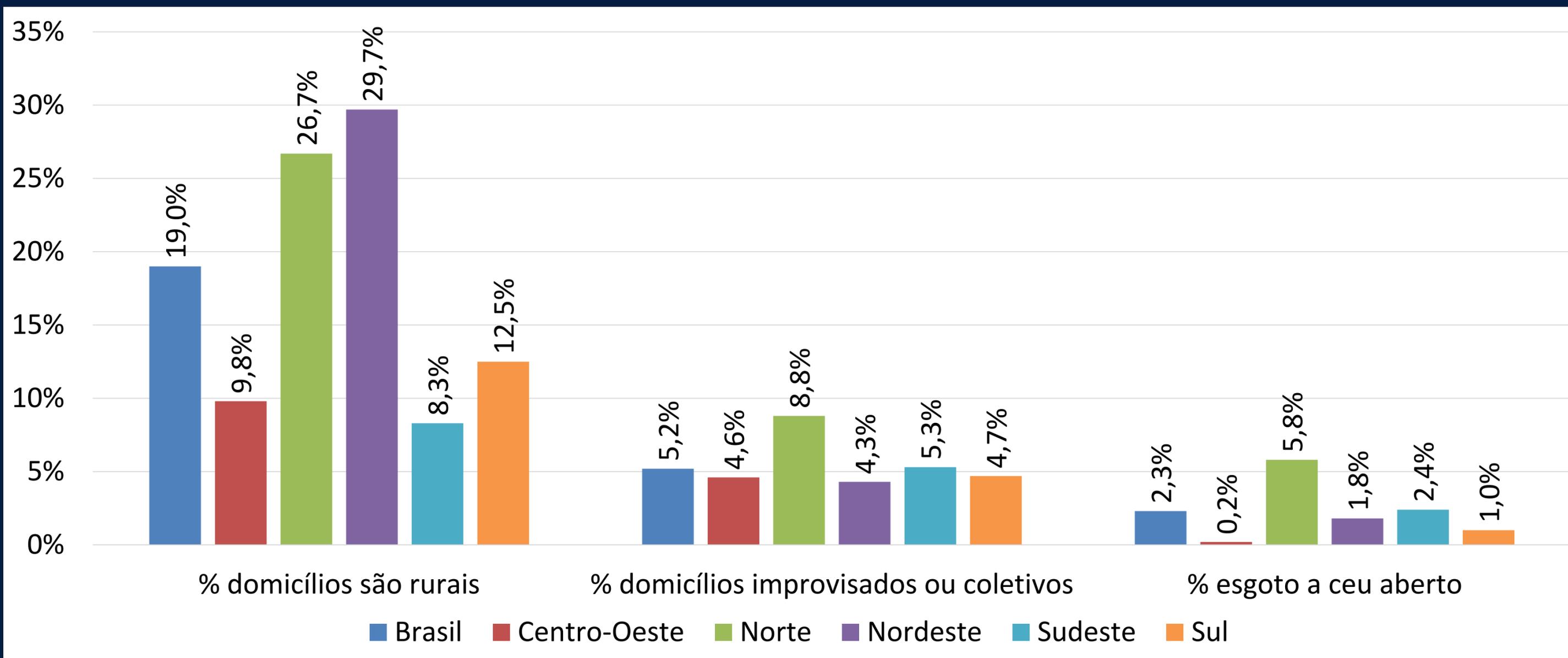
FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Famílias GPTE com crianças na Primeira Infância

Grupo	Famílias inseridas com crianças na primeira infância	% do total de famílias GPTE com crianças na primeira infância
Total GPTE	993.352	100,00%
Agricultores familiares	599.380	60,34%
Pescadores artesanais	97.665	9,83%
Ribeirinho	67.454	6,79%
Coletores de materiais recicláveis	49.435	4,98%
Assentados de reforma agrária	31.067	3,13%
Extrativista	21.429	2,16%
Preso do sistema carcerário	9.804	0,99%
Acampado	9.438	0,95%
Atingido por empreendimento de infraestrutura	3.335	0,34%
Cigano	2.801	0,28%
Pertencentes a comunidades de terreiro	2.052	0,21%
Beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário	550	0,06%

FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Urbanização, habitação e saneamento dos inscritos no Cadastro Único

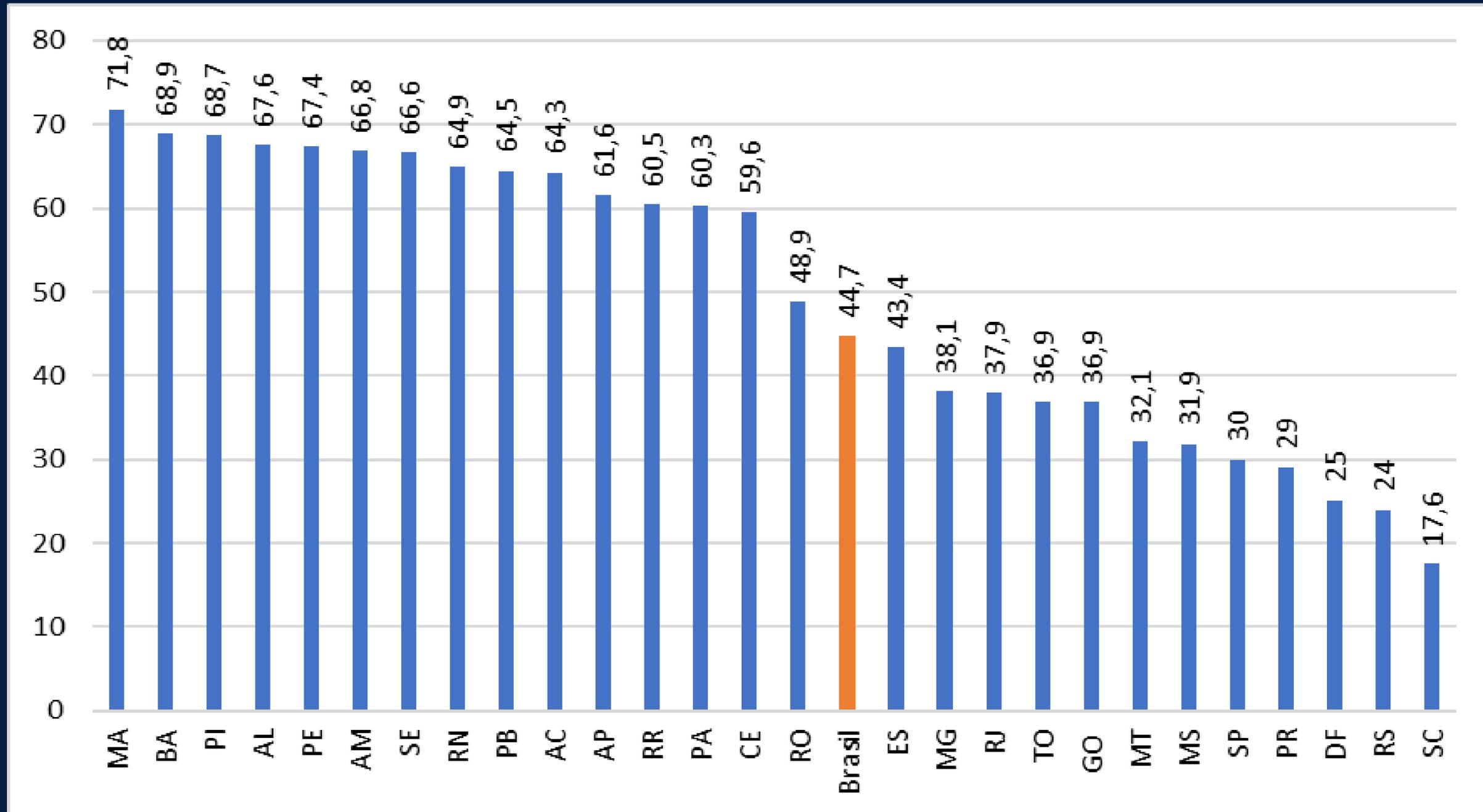


FONTE: Observatório do Cadastro Único.

A PRIMEIRA INFÂNCIA NO CADASTRO ÚNICO

- As **crianças de 0 a 3 anos** representam cerca de **20% do Cadastro Único**.
- As **famílias com crianças de 0 a 3 anos enfrentam taxas de pobreza significativamente mais altas** (77,7%) em comparação com a população geral do Cadastro Único (51,6%).
- As **mulheres representam uma proporção maior** da população geral no Cadastro Único (56,9%). **Em famílias com crianças de 0 a 3 anos, esse padrão se mantém**, com as mulheres representando 59,8%, indicando que **os lares chefiados por mulheres são predominantes**.

Taxa de pobreza na primeira infância por estado – em %



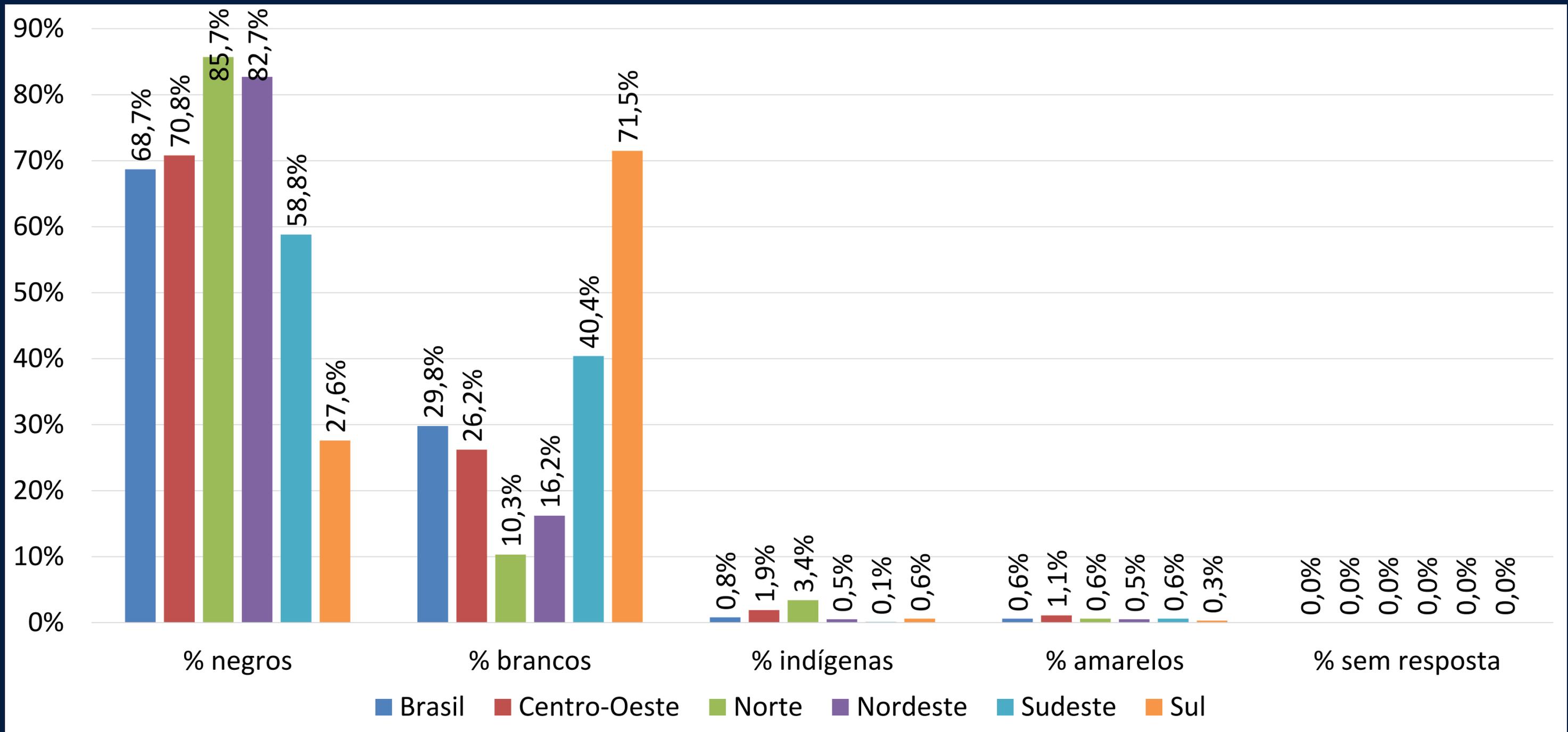
FONTE: Salata, Mattos e Bagolin (2022) com base em PNAD IBGE.

Crianças na Primeira Infância Inscritas

Região	Crianças cadastradas de 0 a 6 anos	% dos cadastradas que são crianças de 0 a 6 anos	Crianças cadastradas de 0 a 3 anos	Crianças cadastradas de 4 a 6 anos
<i>Brasil</i>	<i>10.518.133</i>	<i>10,9%</i>	<i>5.672.034</i>	<i>4.846.099</i>
Centro-Oeste	854.568	11,8%	463.175	391.398
Norte	1.450.648	12,7%	788.388	662.296
Nordeste	3.798.340	10,6%	2.045.483	1.752.857
Sudeste	3.356.779	10,3%	1.797.647	1.559.132
Sul	1.057.757	10,8%	577.341	480.416

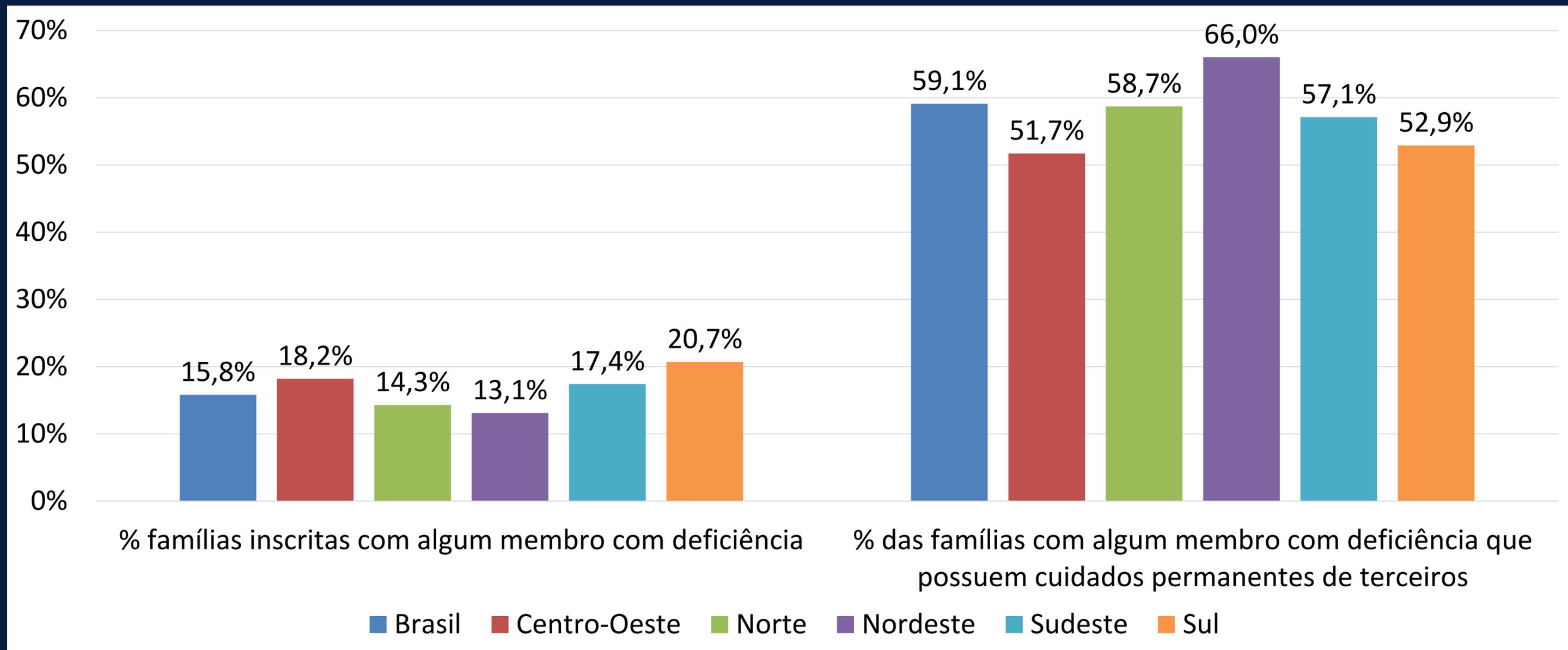
FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Cor da pele/etnia dos cadastrados - em %



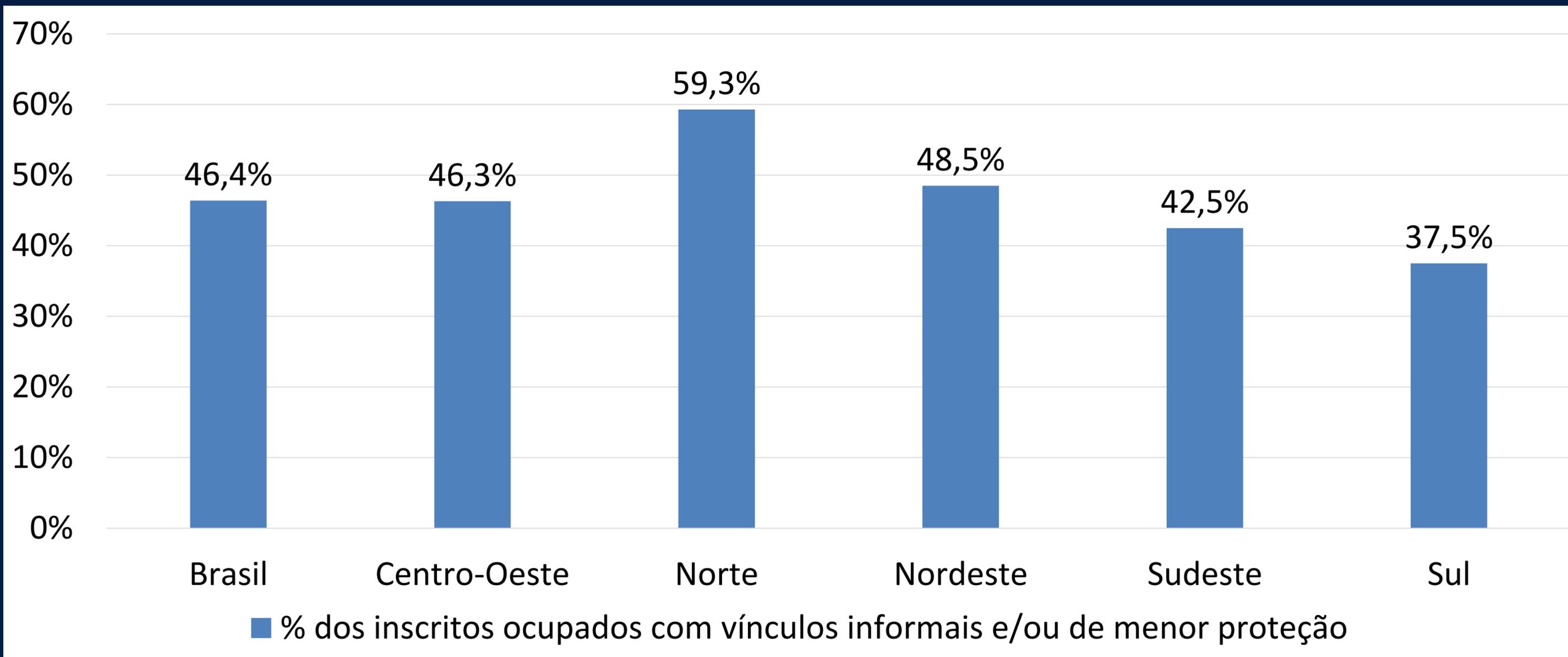
FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Famílias com pessoas com deficiência e cuidados permanentes de terceiros - em % das famílias inscritas



FONTE: Observatório do Cadastro Único.

% inscritos ocupados com vínculos informais e/ou de menor proteção - em % dos que trabalham



FONTE: Observatório do Cadastro Único.

Indicadores para o planejamento e inserção no PAIF

PERFIL DA FAMÍLIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS INSERIDAS	% DAS FAMÍLIAS INSERIDAS
Em situação de pobreza após o PBF	4.547.144	10,9%
Sem pessoas trabalhando	19.042.507	45,5%
Sem esgoto adequado	11.475.063	11,9%
Sem água encanada	36.138.563	13,6%
Sem coleta de lixo	5.312.216	12,7%
Beneficiárias PBF	20.844.612	49,9%
Beneficiárias BPC	5.200.925	12,4%
Em situação de pobreza e que não recebe o PBF	3.135.779	12,4%
PcD em situação de pobreza e que não recebe o BPC	439.940	1,1%
Com registro de trabalho infantil	17.832	0,04%
Com estrangeiro	320.313	0,8%
Com pessoa em situação de rua	284.910	0,7%
GOTE em situação de pobreza	615.375	1,5%
Pessoas idosas em situação de pobreza já considerando o PBF	444.308	1,1%

FONTE: Observatório do Cadastro Único 2024.

Indicadores para o planejamento e inserção de famílias com crianças na primeira infância

VARIÁVEL	VALOR
Crianças de 0 a 6 anos inscritas	10.518.133
% dos inscritos tem de 0 a 6 anos	10,9%
Famílias com crianças de 0 a 6 anos	8.558.186
Crianças de 0 a 3 anos inscritas	5.672.034
Famílias com crianças de 0 a 3 anos	5.675.942
Crianças de 0 a 6 anos inscritas em situação de pobreza antes do PBF	9.020.497
Famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza antes do PBF	7.274.291
% das famílias inseridas com crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza antes do PBF	73,1%
Crianças de 0 a 6 anos inscritas em situação de pobreza após o PBF	1.036.272
Famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza após o PBF	906.702
% das famílias inseridas com crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza após o PBF	9,1%
Crianças de 0 a 6 anos em famílias que recebem PBF	9.601.527
Famílias com crianças de 0 a 6 anos que recebem o PBF	7.743.909
Crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza após o PBF e que não recebem o PBF	483.378
Famílias com crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza após o PBF e que não recebem o PBF	418.798

Indicadores para o planejamento e inserção de famílias com crianças na primeira infância

Crianças de 0 a 6 anos que família recebe BPC	528.652
Famílias com crianças de 0 a 6 anos em famílias que recebem BPC	431.710
Crianças de 0 a 6 anos em famílias indígenas	153.965
Famílias indígenas com crianças de 0 a 6 anos	108.821
Crianças de 0 a 6 anos em famílias indígenas que residem em reservas	105.318
Famílias indígenas com crianças de 0 a 6 anos que residem em reservas	74.149
Crianças de 0 a 6 anos em famílias quilombolas	94.800
Famílias quilombolas com crianças de 0 a 6 anos	76.705
Crianças de 0 a 6 anos que pertencem a famílias GPTE	1.360.234
Famílias GPTE com crianças de 0 a 6 anos	1.084.144
Crianças de 0 a 6 anos em situação de rua	4.025
Famílias em situação de rua com crianças de 0 a 6 anos	2.934
Crianças de 0 a 6 anos de famílias com estrangeiros	138.383
Famílias com estrangeiros e com crianças de 0 a 6 anos	105.928
Crianças de 0 a 6 anos em famílias com marcação de trabalho infantil	8.717
Famílias com marcação de trabalho infantil e com crianças de 0 a 6 anos	5.106

FONTE: Observatório do Cadastro Único 2024.

Tabela - Registros de violências por tipo e região em 2023 - valores absolutos

REGIÃO	FÍSICA	PSICOLÓGICA/MORAL	SEXUAL	NEGLIGÊNCIA E/ OU ABANDONO
Brasil	308.670	121.430	78.537	69.956
Centro-Oeste	21.247	7.515	7.010	7.782
Norte	19.522	10.629	8.749	3.644
Nordeste	59.658	25.686	13.414	17.479
Sudeste	167.429	59.420	35.791	24.525
Sul	40.994	18.180	13.573	16.525

FONTE: Elaborado pela autora com base em SINAN (2024)

Tabela - Violências registradas no SINAN por faixa etária em 2023 - números absolutos

FAIXA ETÁRIA	VIOLÊNCIA FÍSICA	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA/MORAL	VIOLÊNCIA SEXUAL	NEGLIGÊNCIA E/OU ABANDONO
Até 1 ano	3.313	1.093	1.021	9.527
1 a 4 anos	5.784	2.822	10.249	18.515
5 a 9 anos	8.370	6.178	13.148	10.943
10 a 14	18.280	10.833	23.615	7.939
15 a 19	35.851	11.802	9.665	5.032
20 a 29	82.042	27.821	9.566	1.113
30 a 39	67.380	25.282	5.927	651
40 a 49	47.235	18.706	3.241	566
50 a 59	20.942	8.614	1.253	733
60 anos ou mais	19.469	8.279	852	14.936

FONTE: Elaborado pela autora com base em SINAN (2024)

Tabela - Pessoas inseridas no PAEFI vítimas de violência – val. absolutos

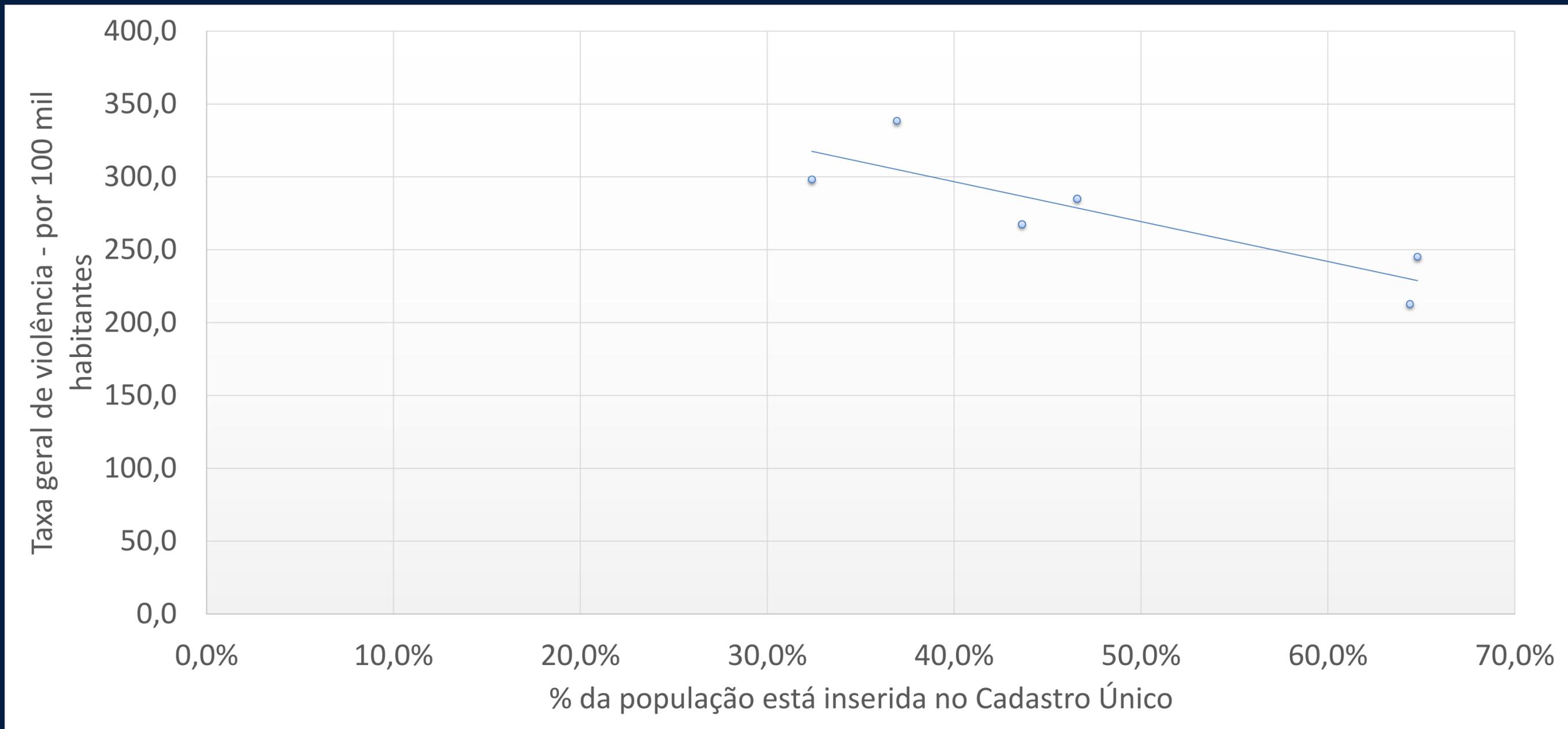
REGIÃO	PAEFI VITIMADOS	PAEFI CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PAEFI MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	PAEFI PcD	PAEFI IDOSA
Brasil	299.860	150.797	43.046	17.911	59.045
Centro-Oeste	27.823	14.098	4.789	1.495	5.203
Norte	27.350	16.077	7.224	1.201	3.291
Nordeste	66.592	33.428	8.350	5.141	13.964
Sudeste	116.839	56.650	16.499	6.636	26.055
Sul	61.259	30.544	9.184	3.438	10.532

FONTE: Elaborado pela autora com base no RMA (2024)

Dados da consultoria pelo BID | MDS/SAGICAD – Violências e Fluxos

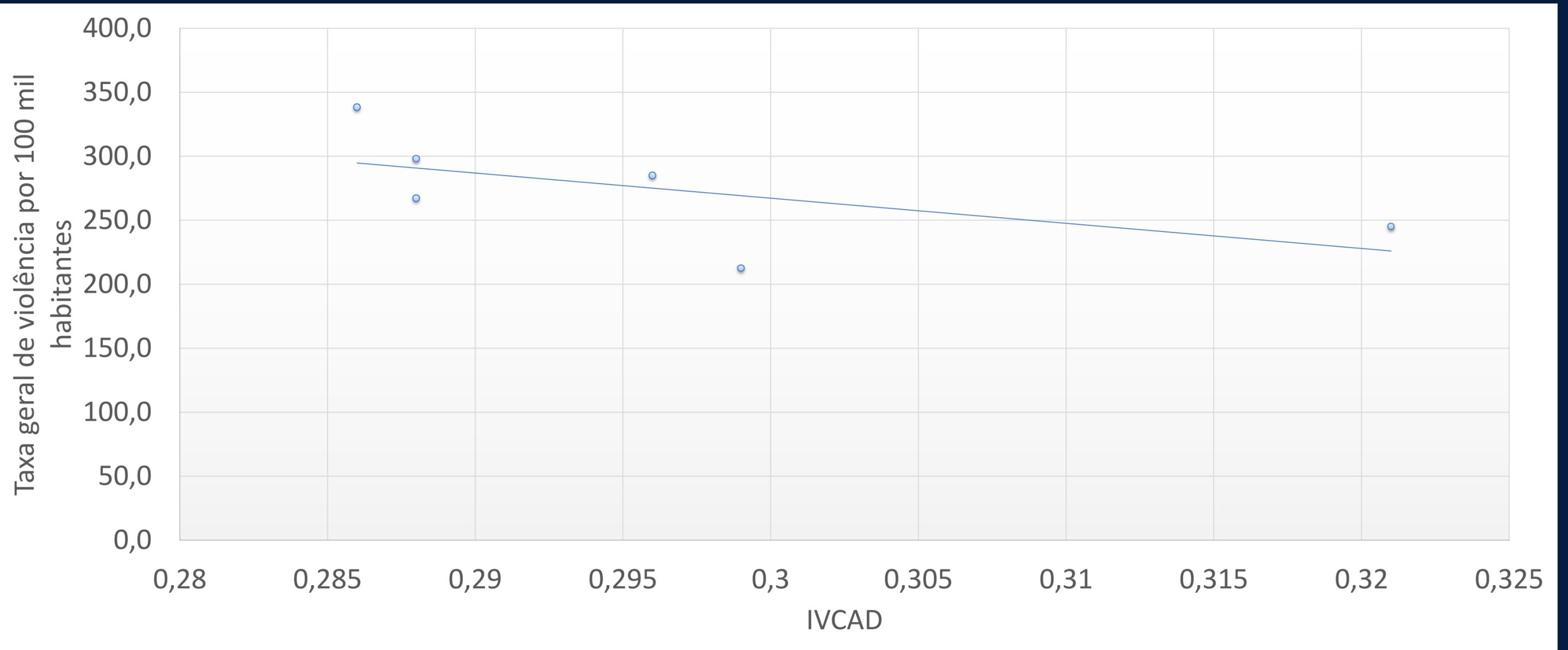
- **Na sequência, o gráfico revela um padrão em que as variáveis não crescem juntas, por ser decrescente da esquerda para a direita. A taxa de registro de violências do SINAN é menor em regiões com maior vulnerabilidade (maior percentual da população inserida).**
- **A taxa registrada de violências tende a ser menor para territórios de maior vulnerabilidade (na média). Os gráficos 2 e 3 mostram a relação entre a taxa geral de violências registradas e de pobreza entre os inseridos antes e depois do PBF. Não parece ter uma relação entre as variáveis;**
- **Observa-se que, as taxas de violências gerais registradas tenderam a ser menores em regiões mais vulneráveis, contrário do estimado;**
- **Ao contrário do esperado e repetindo o padrão do SINAN, maiores taxas de violência registradas no RMA tenderam a ocorrer nas regiões menos vulneráveis.**

Gráfico 1 - Relação taxa geral de violência e % população inserida



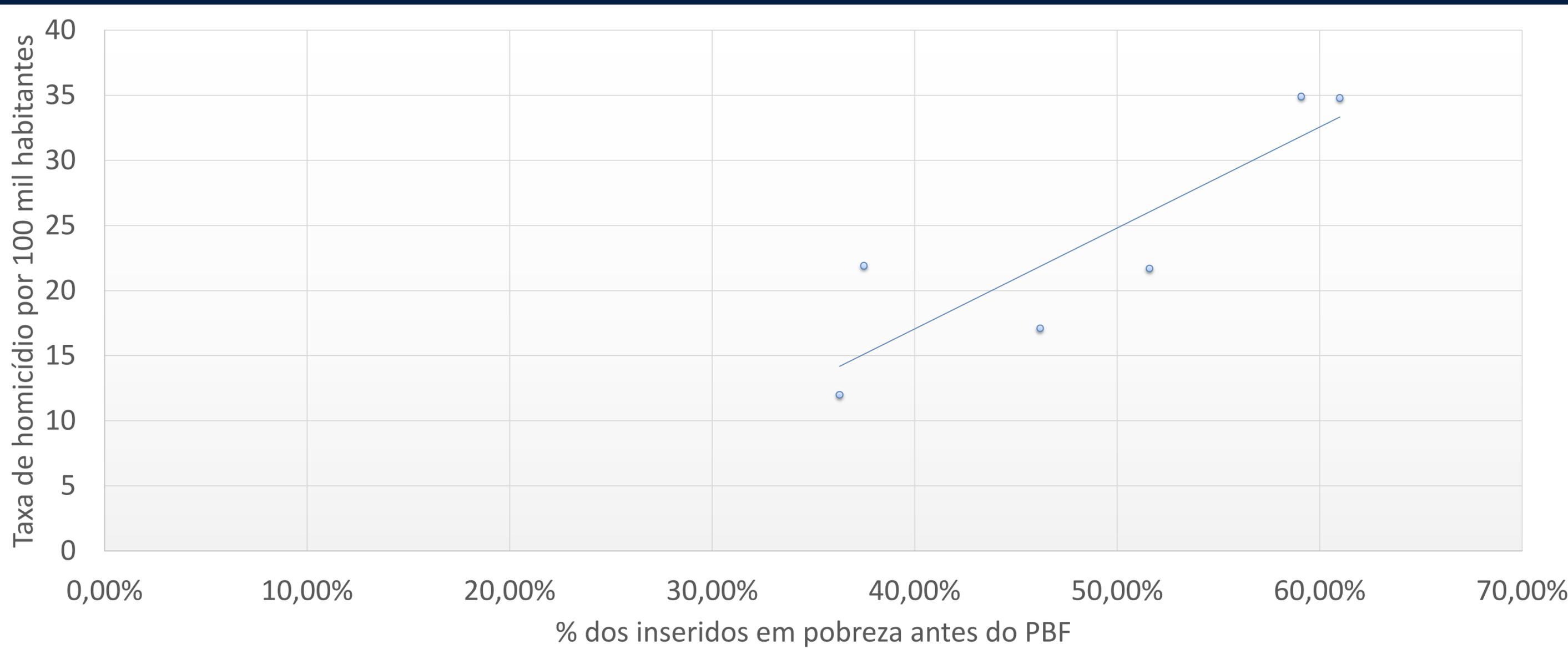
FONTE: Elaborado pelo autora com base em SINAN (2024) e Observatório do CadÚnico (2024)

Gráfico 4 - Taxa geral de violência e IVCAD



FONTE: Elaborado pelo autora com base em SINAN (2024) e Observatório do CadÚnico (2024)

Gráfico - Taxa de homicídio e de vulnerabilidade (pobreza antes do PBF)



FONTE: Elaborado pela autora com base em SINAN (2024) e Observatório do CadÚnico (2024)

- **Observa-se uma tendência crescente entre as variáveis mortes violentas e vulnerabilidades sociais. Há, portanto, uma evidente relação positiva entre a taxa de vulnerabilidade e de homicídios, um tipo de violência com baixa subnotificação;**
- **Estudos como de Silveira e Colin (2020), “Diagnóstico do Trabalho Infantil e Protocolo de Atendimento em São José dos Pinhais”, confirmam a relação entre vulnerabilidades e violações, como o trabalho infantil. Daí a importância de estudos territoriais embasarem arranjos possíveis de proteção social, conforme as realidades e potencialidades locais/regionais.**

- **É possível supor que regiões mais vulneráveis possuem maiores níveis de subnotificação de violências (por fatores variados), assim, elas na verdade são tão ou mais violentas que as regiões menos vulneráveis.**
- **Um trabalho em rede no âmbito dos direitos humanos e das políticas públicas, requer a análise do território como base de atuação, em sua dinâmica, demandas e potencialidades, sendo fundamental ter uma leitura crítica das territorialidades, e uma atuação integrada que busque modificar contextos sociais e territoriais.**



Selecionar filtros para navegação

Estado: ?

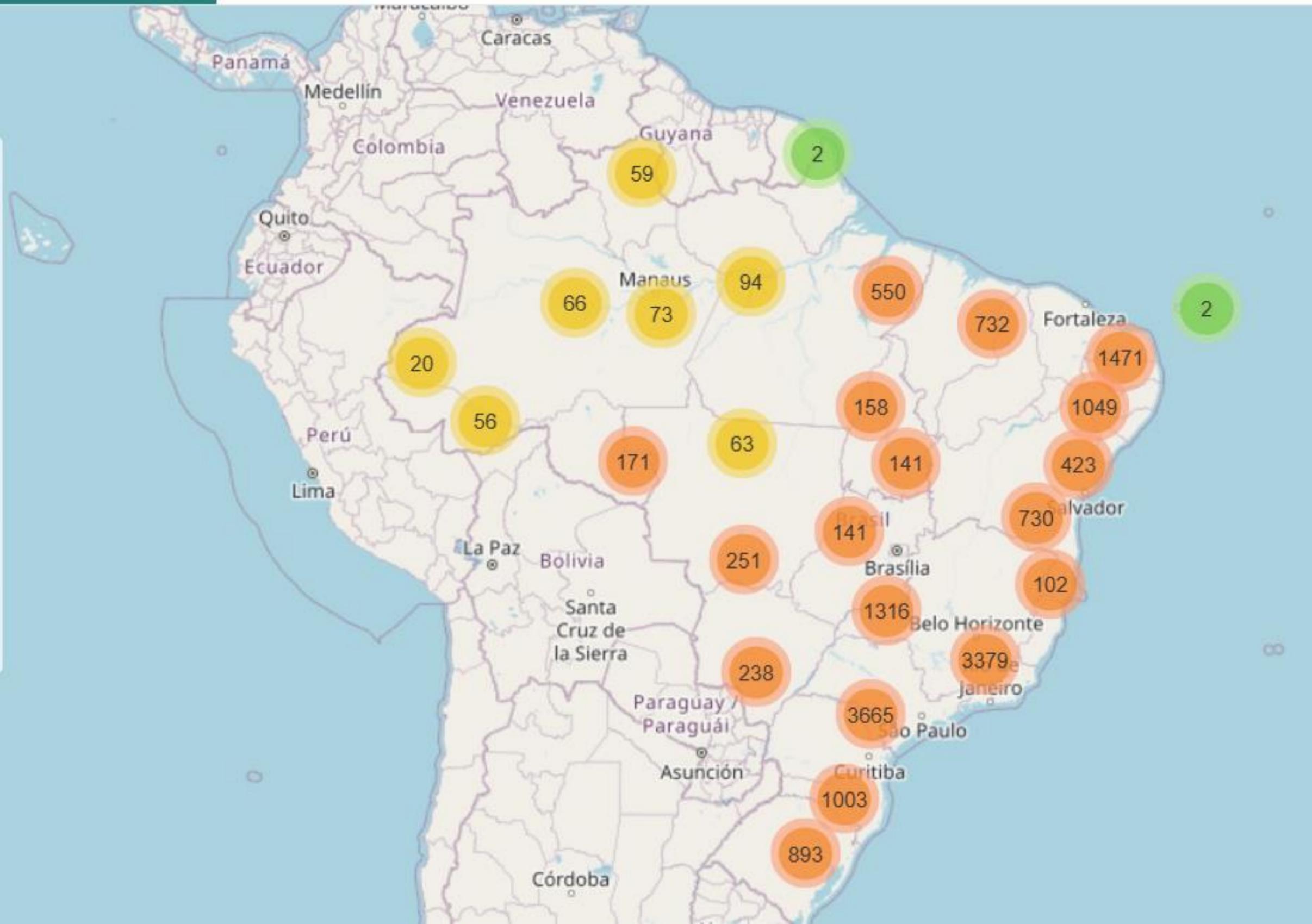
Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia,

Município: ?

Nenhum selecionado

Equipamento: ?

CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento



Cobertura de serviços e atendimentos (RMA, 2022)

41 milhões de atendimentos particularizados; 12 milhões de atendimento no SCFV; mais de 6 milhões de Benefícios Eventuais concedidos e mais de 734 mil novas famílias no PAIF.

3,5 milhões de atendimentos psicossociais; mais de 297 mil novos PAEFI com vítimas de violência intrafamiliar; mais de 264 mil novos casos de PAEFI

Indicador	Brasil	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Unidades de CRAS	8.583	632	2.729	647	3.038	1.537
Trabalhadoras/es de CRAS	114.684	7.855	47.732	12.201	32.739	14.157
Unidades de CREAS	2.868	246	1.108	278	813	423
Trabalhadoras/es de CREAS	24.506	1.865	8.408	2.411	7.914	3.908
Unidade de Centros POP	245	15	62	12	115	41
Trabalhadoras/es de Centro POP	3.763	282	902	168	1.872	539

Fonte: Censo SUAS, 2022

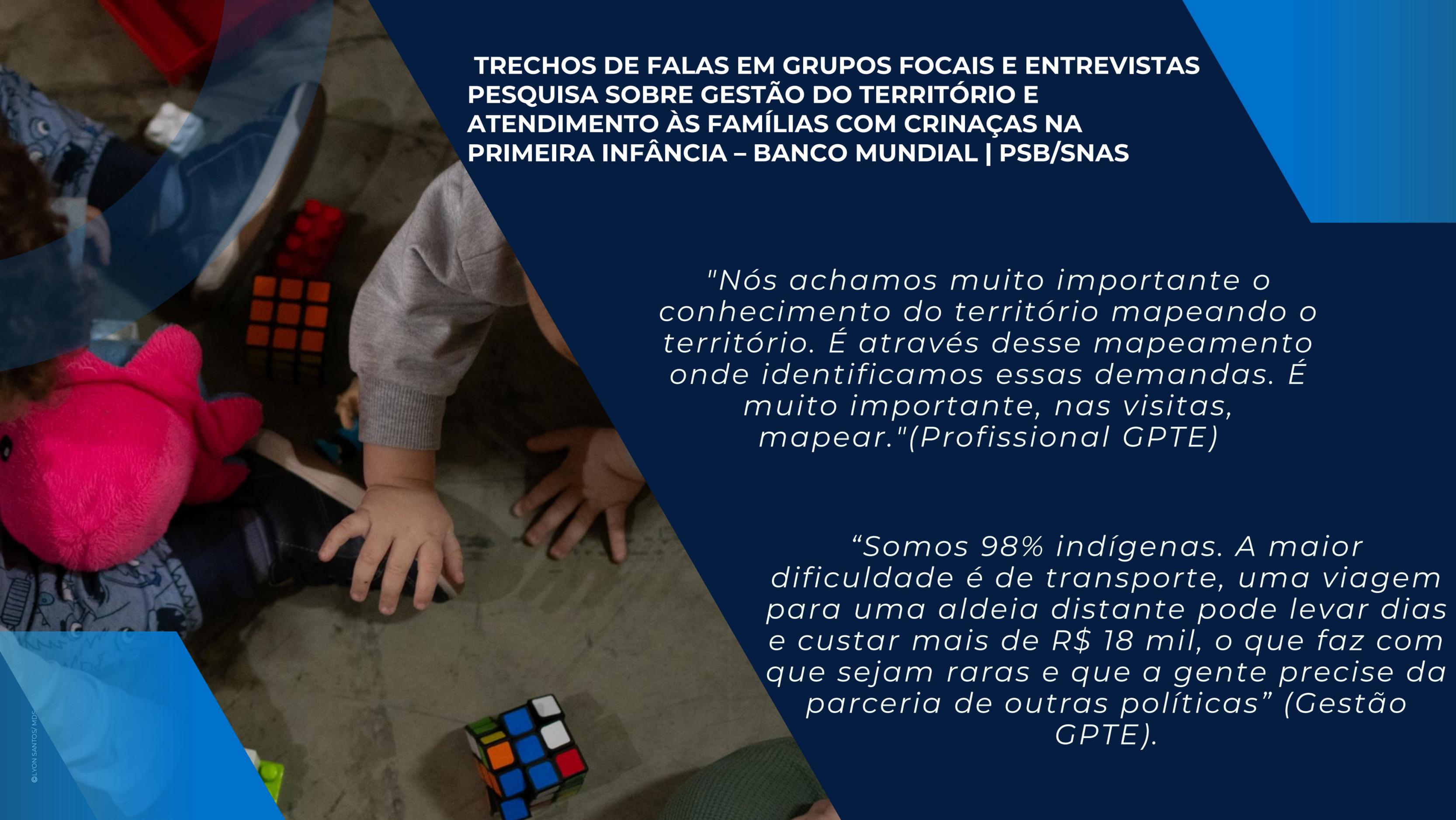
Cobertura de serviços e atendimentos (RMA, 2022)

A quantidade de **acolhimentos institucionais totaliza 7.360**, com maior concentração na Região Sudeste.

São mais de **150 mil pessoas acolhidas** no momento do levantamento pelo Censo Suas

Região	Unidades de acolhimento	Trabalhadoras/es Unidades de Acolhimento	Pessoas acolhidas no momento do Censo
Brasil	7.360	116.852	150.325
Centro-Oeste	689	9.206	12.848
Nordeste	958	15.695	16.263
Norte	338	5.317	10.793
Sudeste	3.719	66.121	85.592
Sul	1.656	20.513	24.829

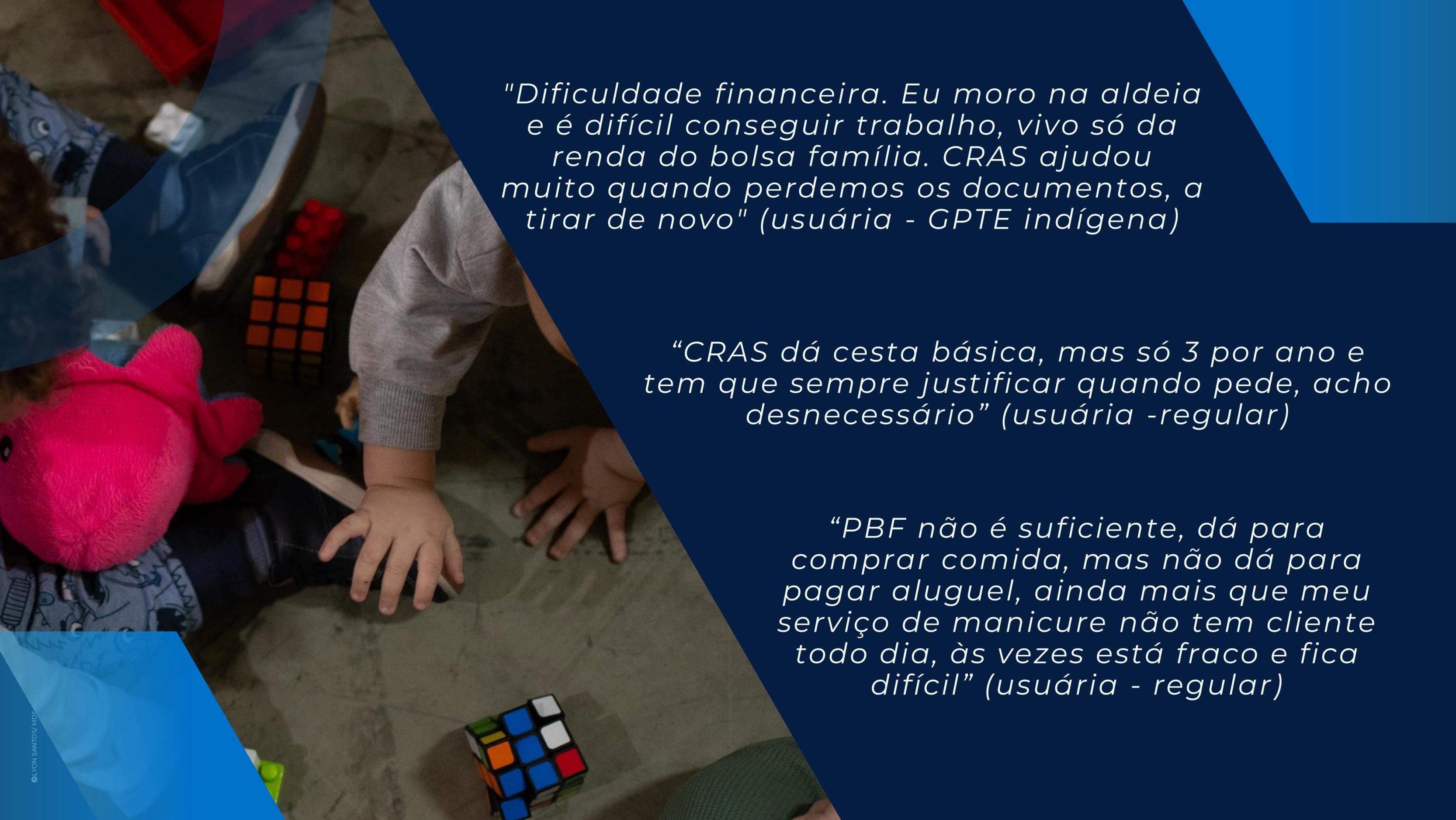
Fonte: Censo SUAS, 2022



**TRECHOS DE FALAS EM GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS
PESQUISA SOBRE GESTÃO DO TERRITÓRIO E
ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS COM CRINAÇAS NA
PRIMEIRA INFÂNCIA – BANCO MUNDIAL | PSB/SNAS**

"Nós achamos muito importante o conhecimento do território mapeando o território. É através desse mapeamento onde identificamos essas demandas. É muito importante, nas visitas, mapear."(Profissional GPTE)

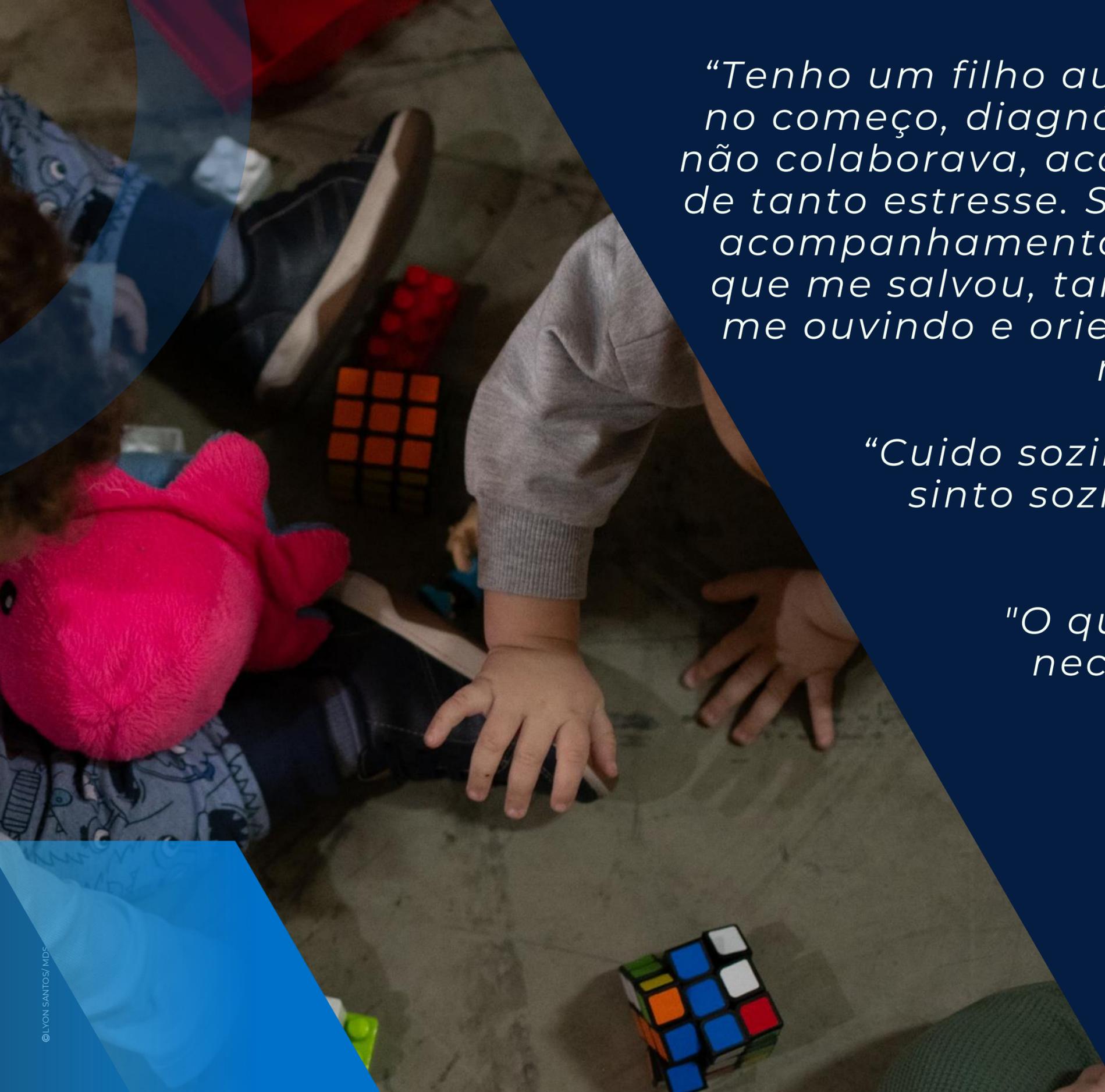
"Somos 98% indígenas. A maior dificuldade é de transporte, uma viagem para uma aldeia distante pode levar dias e custar mais de R\$ 18 mil, o que faz com que sejam raras e que a gente precise da parceria de outras políticas" (Gestão GPTE).

A photograph of a child sitting on a tiled floor, playing with toys. The child is wearing a grey long-sleeved shirt. There is a pink stuffed animal, a Rubik's cube, and some other toys scattered around. The image is partially obscured by a dark blue diagonal overlay on the right side.

"Dificuldade financeira. Eu moro na aldeia e é difícil conseguir trabalho, vivo só da renda do bolsa família. CRAS ajudou muito quando perdemos os documentos, a tirar de novo" (usuária - GPTe indígena)

"CRAS dá cesta básica, mas só 3 por ano e tem que sempre justificar quando pede, acho desnecessário" (usuária - regular)

"PBF não é suficiente, dá para comprar comida, mas não dá para pagar aluguel, ainda mais que meu serviço de manicure não tem cliente todo dia, às vezes está fraco e fica difícil" (usuária - regular)

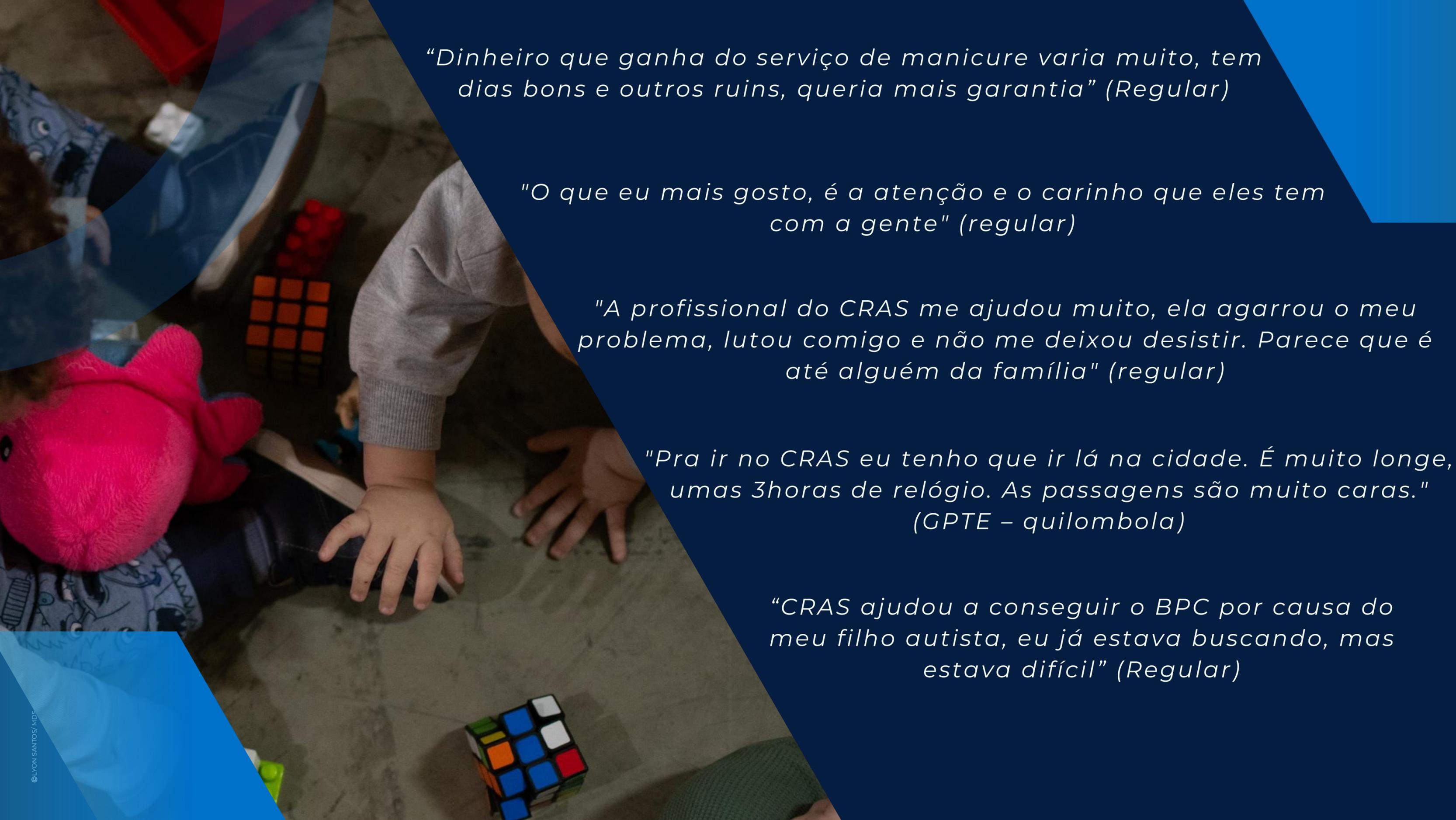
A photograph of a child sitting on a tiled floor, playing with toys. The child is wearing a grey long-sleeved shirt and dark pants. There is a pink stuffed animal, a Rubik's cube, and some wooden blocks on the floor. The image is partially obscured by a blue diagonal overlay on the right side.

“Tenho um filho autista. Foi bem difícil lidar no começo, diagnóstico demorou e a escola não colaborava, acabei ficando em depressão de tanto estresse. Saúde até hoje não oferece acompanhamento para meu filho. O CRAS que me salvou, tanto me apoiando, quanto me ouvindo e orientando” (usuária – CRAS regular)

“Cuido sozinha dos meus filhos, é difícil, me sinto sozinha” (Usuária – CRAS regular)

“O que me fez procurar o CRAS foi a necessidade financeira” (regular)

“Quando eu sofri uma violência doméstica, foi quando eu tive mais consciência de buscar o CRAS. Eles me ajudaram com os benefícios” (regular)



"Dinheiro que ganha do serviço de manicure varia muito, tem dias bons e outros ruins, queria mais garantia" (Regular)

"O que eu mais gosto, é a atenção e o carinho que eles tem com a gente" (regular)

"A profissional do CRAS me ajudou muito, ela agarrou o meu problema, lutou comigo e não me deixou desistir. Parece que é até alguém da família" (regular)

*"Pra ir no CRAS eu tenho que ir lá na cidade. É muito longe, umas 3horas de relógio. As passagens são muito caras."
(GPTE – quilombola)*

"CRAS ajudou a conseguir o BPC por causa do meu filho autista, eu já estava buscando, mas estava difícil" (Regular)

DESAFIOS CENTRAIS

- **Realização de diagnósticos e planejamento para gestão socioterritorial;**
- **Definição de indicadores para preparação e atendimento;**
- **Identificação das demandas das famílias e GPTE;**
- **Dispositivos para fortalecer a integralidade no SUAS e na relação intersetorial;**
- **Padronizar fluxos, protocolos e ferramentas intersetoriais;**
- **Ferramentas e processos que facilitem a adaptabilidade dos serviços;**
- **Ações complementares aos serviços com base nas necessidades das famílias e indicadores de impacto social;**
- **Definição de novos parâmetros de cofinanciamento para fortalecer as corresponsabilidades, reduzir desigualdades e identificar potencialidades;**

DESAFIOS CENTRAIS

- **Integração de sistemas de informação e padronização de indicadores;**
- **Fomento de inovações sociais (Selo SUAS Bahia; Selo FNAS – Gestão Eficiente, Proteção para Nossa Gente; Projeto Inova SUAS – Congemas e Sudene; Cooperações alinhadas programaticamente; Indicadores de desenvolvimento do SUAS, novas metodologias, economia do cuidado, cartão social e novos equipamentos em segurança alimentar e nutricional; Trilhas do Trabalho Social com Famílias);**
- **Retomada do Pacto de Aprimoramento do SUAS e pactos regionais (Pacto Social do Nordeste);**
- **Retomar níveis de gestão e expansão com base nas realidades locais (equipe volante; equipes da PSE; novos arranjos na proteção social especial; novos critérios de territorialização e funcionamento dos CRAS (tipologias e territorialidades/diversidades – CRAS fluvial; CRAS indígena);**
- **Alinhamento entre financiamento, provisões, prioridades e Agenda 2030 | Nacional.**

DESAFIOS CENTRAIS

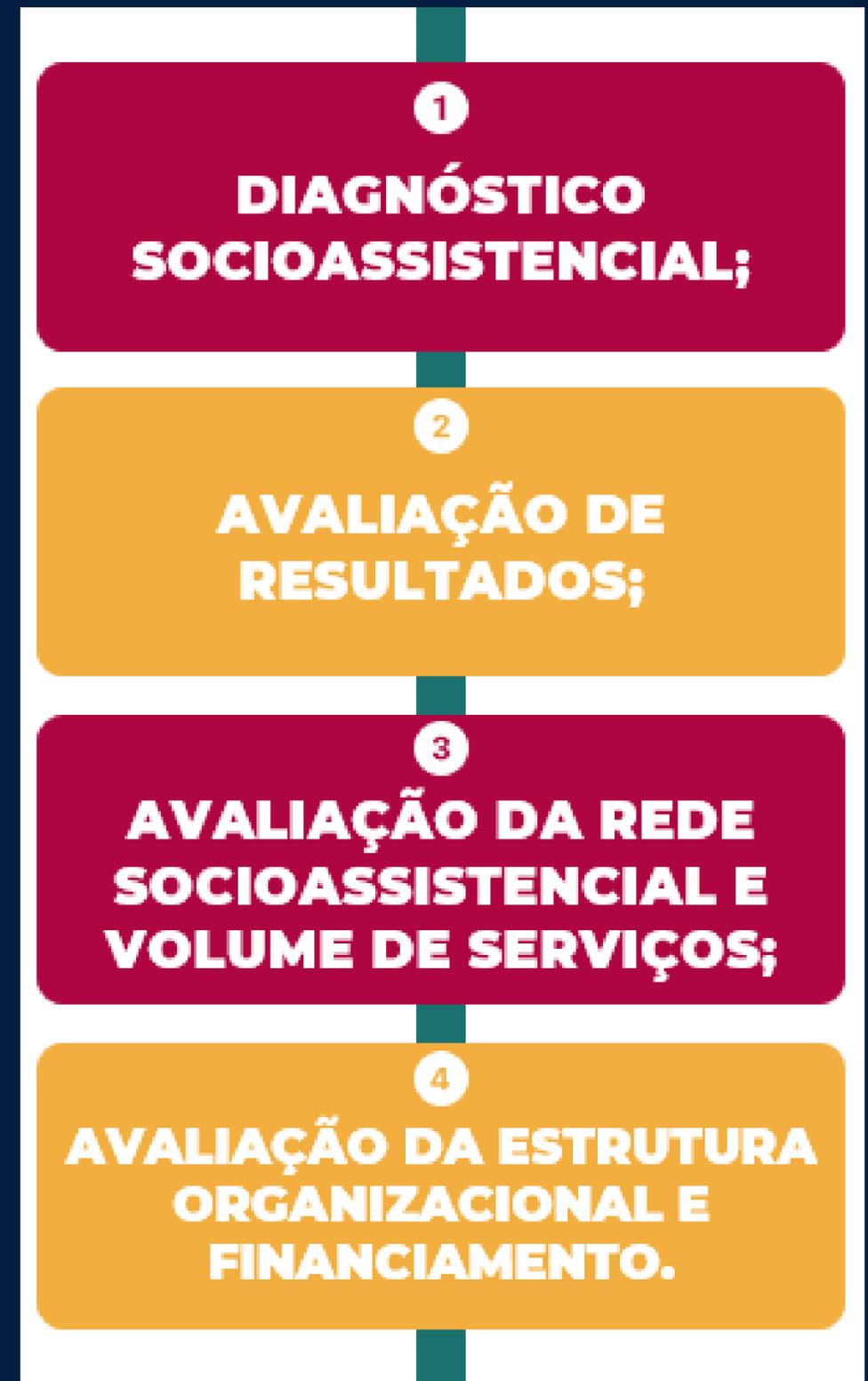
- **Quais são os principais desafios para a ampliação e o aprimoramento do SUAS no seu município?**
- **Quais as principais desproteções e vulnerabilidades do seu município?**
- **Que estratégias podem ser utilizadas para tornar o planejamento participativo?**
- **A cobertura do SUAS em termos de serviços, programas, projetos e benefícios é suficiente?**

- **A compreensão do Planejamento Governamental e do Ciclo de Gestão de Políticas Públicas, demanda uma análise de como os Instrumentos de Planejamento Orçamentário (PPA, LDO e LOA) e o Plano Municipal estão estruturados em seu município.**

- **O município possui responsabilidades que orientam o planejamento! É preciso conhecer o estágio de desenvolvimento e planejar a ampliação e a qualificação do SUAS, a partir do pacto federativo cooperativo.**

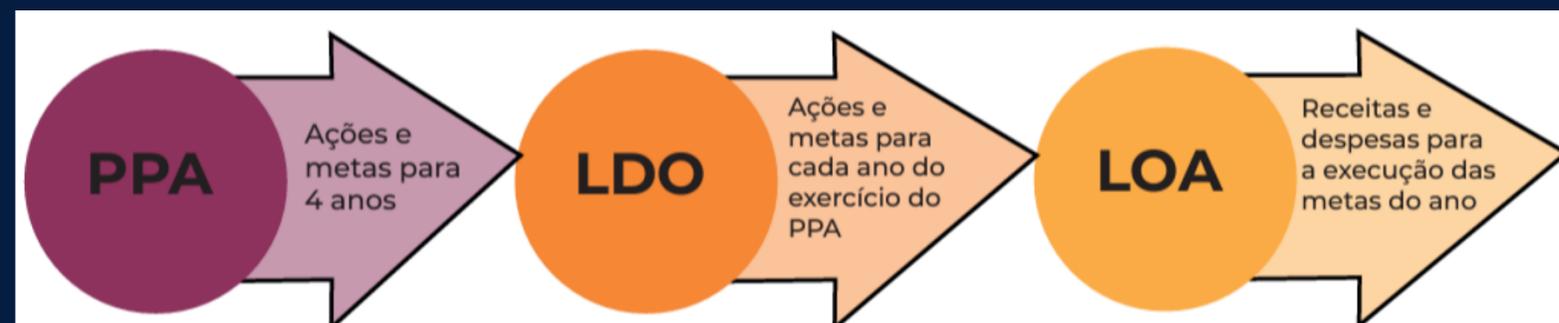
DESAFIOS CENTRAIS

- Estas etapas e processos são fundamentais para uma análise eficaz de contexto e preparatória para o processo de planejamento local.
- É fundamental que os estados direcionem o financiamento e definam arranjos regionais a partir da vigilância socioassistencial



DESAFIOS CENTRAIS

- O Plano Municipal de Assistência social se insere no ciclo de planejamento orçamentário local!
- É preciso que a Assistência Social esteja planejada no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).



DESAFIOS CENTRAIS

- Cada município possui uma realidade específica e suas atividades programáticas no orçamento devem levar em consideração os territórios e as particularidades existentes. Mas estas especificidades precisam ser contempladas no diagnóstico e nas propostas!
- As respostas do SUAS devem se traduzir em financiamento público sustentável para manutenção e expansão da rede, para a materialização dos direitos!



Projeto Unicef Brasil

Selo Unicef – Proteção Social Integral

- Foram produzidos guias de orientação técnica sobre os temas: Selo Unicef; Financiamento da Assistência Social; Atuação Intersetorial com Educação e Saúde; Vigilância Socioassistencial.



REFERÊNCIAS

Selo UNICEF - Resultado Sistêmico 07

-  Guias metodológicos dos 4 cursos disponíveis no AVA:
https://drive.google.com/drive/folders/1J4ciiD6x_pqumhnPJvXNAIas8mGvpjQ5?usp=sharing
-  Curso 1 | Introdução ao Resultado Sistêmico 7 do Selo UNICEF:
<https://youtube.com/playlist?list=PLg5IhsOI5bLXkmmQqxopcLoEiyx8KCaRK&si=HuNFaGQYL38HZJ3U>
-  Curso 2 | Orçamento e Financiamento do SUAS:
<https://youtube.com/playlist?list=PLg5IhsOI5bLV7mOsSlznh9PCrSNcBa0up&si=jC51gtTs7pEqISW>
-  Curso 3 | Proteção Integral e Intersetorialidade via CRAS :
<https://youtube.com/playlist?list=PLg5IhsOI5bLUY2tNNsQsovwpyscUUYv6U&si=osXw9XngR2MGI54r>
-  Curso 4 | Vigilância Socioassistencial: função estratégica que amplia a proteção social:
<https://1drv.ms/f/s!AvsiULgQNkj9gpNwSkKBZxp340h91A>
-  Acesse e conheça o Ambiente Virtual de Aprendizagem do Selo UNICEF:
<https://ava.unicef.org.br/login/index.php>

Observatório do Cadastro Único do MDS

- https://novoead.cidadania.gov.br/webview.php/srv/www/htdocs/badiunetdata/files/1/17263jbeyb2vlea0ifyd_packge/index.html

REFERÊNCIAS

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 16, n.1, p. 30-42, jul./dez. 2013.

KOGA, Dirce. Proteção social no território: entre o texto e o contexto. **Uníatalo em Pesquisa**. São Paulo-SP, v.6, n.2, p. 133-151, abr/2016. Disponível em: [www.Ítalo.com.br/portal/cepesq/revista eletrônica.html](http://www.Ítalo.com.br/portal/cepesq/revista_eletrônica.html). Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVEIRA, Jucimeri I. Desigualdades territoriais, políticas públicas e garantia de direitos. In: GUEBERT, M. C.; COSTA, R. Educação política e direitos humanos: diálogos necessários para o século XXI. Curitiba: Editora CRV, 2014. (pp.88-98).

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Sistema Único de Assistência Social: repercussões da colonialidade e perspectiva de um “giro decolonial”, Serviço Social & Sociedade. N. 147. São Paulo: Cortez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.380>

**O FINANCIAMENTO PÚBLICO É O INSTRUMENTO
PARA A CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES,
PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DA
DIGNIDADE, POR TERRITÓRIOS HUMANAMENTE
DIVERSOS E SOCIALMENTE IGUALITÁRIOS!**

OBRIGADA!

Jucimeri Isolda Silveira

@jucimeris

@_labsocial

